



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Às quinze horas e trinta minutos do dia 06 (seis) de junho de 2023, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, para julgamento final dos recursos e contrarrazões apresentadas pelas empresas participantes do Processo Licitatório nº063/2023 - Tomada de Preços nº003/2023, na fase de Habilitação. Iniciada a sessão, o presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr. Gabriel dos Santos Alves, informou que após transcorrido o prazo para eventuais recursos, prazo regulamentar, considerados de 5 (cinco) dias úteis para a espécie, vieram aos autos quatro recursos, de quatro dos cinco licitantes participantes no certame, inconformados e, em ataques desferidos contra os concorrentes. Após, notificados os licitantes, em observância do contraditório e da ampla defesa, e para garantia da observância da legalidade, vieram aos autos as contrarrazões de duas empresas. O presidente informou que tão logo recebida, as peças foram remetidas ao processo e encaminhada de forma integral para Assessoria Jurídica, que providenciou a análise e o seguinte apontamento:

1. Indeferimento ao recurso apresentado pela empresa **NILSON ROMUALDO FREIRE** em defesa de sua inabilitação neste certame. Portanto, sendo mantida a decisão da CPL, pelo não atendimento a todas as exigências editalícias, especificamente por não apresentar o que diz nos itens: 5.3.1 – “CRC – Certificado de Registro Cadastral”. Item 5.3.2/b – “Anexp III – Declaração de Concordância com o Edital”. Por fim, fato gravíssimo, item 5.3.4 – “Prova de regularidade junto ao FGTS”.
2. Indeferimento ao recurso apresentado pela empresa **MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, que confronta a decisão da CPL frente à habilitação da empresa VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pela ausência do item 5.3.2/a – “Carta de Credenciamento indicando a pessoa que representará a licitante na licitação, com menção expressa de todos os poderes, inclusive para receber intimações, interpor e desistir de interposição de recursos - ANEXO I”. Destaca-se ao caso que o representante legal da empresa é o próprio proprietário da empresa, não sendo dirigido poderes a terceiros. Portanto, o proprietário tem a autonomia de responder pelos atos de sua empresa, sendo sanável a ausência do item 5.3.2/a – Anexo I.
3. Deferimento integral ao recurso apresentado pela empresa **VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, que confronta satisfatoriamente a habilitação da empresa PLATINUM CONSTRUTORA INCORPORADORA E COMERCIO LTDA, que deixou de apresentar o item 5.3.9 – “Certificado de Registro e Quitação da Empresa junto ao CREA ou CAU”. Além disso, evidenciou-se que a empresa apresentou atestado de capacidade técnica em nome de profissional não integrante ao quadro de responsáveis técnicos da empresa. Ademais, a empresa relata em seu recurso seu inconformismo pela habilitação das empresas MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, e, VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA, alegando que as mesmas deixaram de apresentar atestado de capacidade técnica referente ao item principal



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

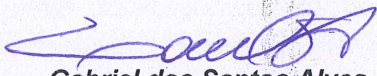
da planilha: Fundação em estacas e Utilização de equipamentos de bate-estaca. Diligente, foi solicitado ao setor de engenharia desta prefeitura que providenciasse a análise técnica frente a todos os atestados apresentados, de todas as empresas participantes. E, por fim, a análise realizada pela Engenheira Civil Ana Paula Rizzi Oliveira, CREA 161.303/D, apontou que ambas as empresas, MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, e, VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA não apresentaram atestado referente ao item de Fundação em estacas e/ou Utilização de equipamentos de bate-estaca.


4. Deferimento parcial ao recurso apresentado pela empresa **VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇÕES LTDA-ME**, pelo fato de sua manifestação de concordância ao princípio de vinculação ao edital que sugere pela manutenção da decisão da CPL de inabilitação da empresa NILSON ROMUALDO FREIRE. Prosseguindo, têm-se o recurso indeferido pelos motivos já expostos anteriormente com relação à empresa VASCONCELOS COPARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pela ausência do item "5.3.2/a – Anexo I".

Por fim, opinou a Assessoria Jurídica pela inabilitação das empresas **NILSON ROMUALDO FREIRE; MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇÕES LTDA-ME; e, PLATINUM CONSTRUTORA INCORPORADORA E COMERCIO LTDA.**

Dando continuidade, seguindo recomendação pela Assessoria Jurídica, a Comissão Permanente de Licitação – "CPL", votou pelo acatamento do Parecer Jurídico e, assim, reformando sua decisão de habilitação das empresas MENDES PEDROSA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; VENEZA EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇÕES LTDA-ME; e PLATINUM CONSTRUTORA INCORPORADORA E COMERCIO LTDA, considerando as três empresas relacionadas acima INABILITADAS. Ademais, opta a CPL pela manutenção de decisão de inabilitação da empresa NILSON ROMUALDO FREIRE.

Não havendo mais nada a tratar, eu, Christopher Allan Ribeiro Sales e Silva, lavrei a presente ata que após lida, será por mim datada e assinada juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação subindo os autos para decisão superior. Divino-MG, 06 de junho de 2023.


Gabriel dos Santos Alves
Presidente da CPL


Christopher Allan Ribeiro Sales e Silva
Secretário


Deliano Daniel Soares da Silva
Membro